

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE ITAPEJARA D'OESTE



ACEI Estatuto Social

Capítulo I DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADES

Art. 1º – A Associação Comercial, Industrial de Itapejara D'Oeste, fundada em 09 de Agosto de 1988, passa a denominar-se Associação Comercial e Empresarial de Itapejara D'Oeste. É uma sociedade sem fins lucrativos, duração ilimitada, com sede a Rua Presidente Kenndy, 279, Foro Jurídico na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Parágrafo Primeiro – Respeitando-se o princípio de harmonização e fortalecimento do sistema de associações comerciais e empresariais, a ACEI passa a adotar a logomarca da CACB – Confederação das Associações Comerciais do Brasil, entidade maior representativa do sistema das ACE'S nas esferas do Governo e o Congresso Nacional e da FACIAP – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná, entidade maior representativa do sistema das ACE'S no Estado do Paraná.

Parágrafo Segundo – A logomarca da CACB e da FACIAP, nas cores verde e amarelo, anteporá o nome da ACEI, sendo esta a nova identificação desta associação.

Art. 2º – A ACEI, cujos interesses representará suas associadas perante os poderes constituídos, tem por finalidades:

- a) integrar, defender, representar e orientar os interesses da livre iniciativa, empenhando-se no fortalecimento da classe representada;
- b) estimular, desenvolver e cultivar permanentemente o cooperativismo entre seus associados, a fim de aproximá-los com maior intimidade para facilitar entendimentos recíprocos ou em prol dos interesses da classe a qual pertencem;
- c) promover ações contínuas de qualificação e requalificação de seus associados como forma de aprimorar seus conhecimentos e melhor desempenho em suas atividades;
- d) propor ou criar programas ou órgãos técnicos visando o desenvolvimento econômico e social do município, da região e do Estado do Paraná, de maneira isolada ou em parceria com entidades ou órgãos públicos e/ou privados.
- e) Para a realização de seus fins, a ACEI manterá os órgãos técnicos e os serviços que julgar necessários e úteis, fica legitimada para que, nos termos do inciso XXI do artigo V da Constituição Federal possa representar seus filiados, judicial ou extrajudicialmente, na defesa dos seus interesses.
- f) A ACEI poderá adotar um Regimento interno aprovado pela Diretoria, com finalidade de regular e detalhar as disposições contidas neste Estatuto

Parágrafo único - Todo o material permanente, móveis, utensílios e equipamentos adquiridos ou recebidos pela ACEI em convênios, doações, projetos ou similares, incluindo qualquer produto, são bens permanentes da sociedade e inalienáveis, salvo autorização em contrário expressa pelo Assembléia Geral de Sócios.

Selo de Autenticidade de
Atos foi afixado na úti-
ma folha do documento.


Luciano Dalmolin
OAB/PR 35.588



Capítulo II DA CONSTITUIÇÃO DO QUADRO SOCIAL E CATEGORIAS

Art. 3º – O quadro social é constituído por pessoas físicas e jurídicas, dos segmentos do comércio, indústria, prestadoras de serviços, agropecuária, finanças e profissionais liberais, tendo sede e domicílio no município de Itapejara D' Oeste, e estejam devidamente regulamentadas para o exercício de suas funções.

Parágrafo Único – As pessoas jurídicas serão representadas por pessoas físicas qualificadas, tais como titulares, sócios, diretores e procuradores com mandato de gestão, legalmente constituídos em Atos pertinentes para tal.

Art. 4º – As associadas não responderão individual, subsidiária ou solidariamente pelas obrigações contraídas pela ACEI.

Art. 5º – As associadas serão classificadas em:

- a) Fundadoras, as que assinaram a Ata de Fundação;
- b) Beneméritas, pessoas físicas, que pertençam ou não ao quadro social, mas que tenham prestado serviços relevantes a entidade ou a classe empresarial, residentes ou não no município de Itapejara D' Oeste;
- c) Efetivas, as admitidas no quadro social da ACEI e cuja aprovação está subordinada ao Conselho Diretor.

Art. 6º – As associadas, exceto as Beneméritas, pagarão suas mensalidades, observados os valores fixados pelo Conselho Diretor.

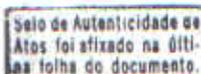
Capítulo III DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS ASSOCIADAS

Art. 7º – São direitos assegurados as associadas:

- a) freqüentar o edifício social e utilizar-se dos serviços prestados pela ACEI de acordo com as normas regulamentadoras especificadas para cada serviço;
- b) participar e tomar parte de todas as discussões das Assembléias Gerais, cabendo a cada associada o direito a um (1) voto, exceto os sócios da categoria Benemérita.
- b) votar e ser votado, observando o disposto no Art. 5º, para cargos do Conselho Diretor, do Conselho Fiscal e Conselho Consultivo,
- c) recorrer a Assembléia Geral, em última instância, dos atos e deliberações que afetem seus direitos assegurados pelo presente Estatuto;
- d) requerer seu desligamento do quadro social, através de requerimento próprio, condicionado à quitação de todos os débitos;
- e) gozarem, enfim, de todas as faculdades que sejam inerentes aos fins desta associação que não contrariem o presente Estatuto Social e seus regimentos.

Art. 8º – São obrigações das associadas; fundadoras e efetivas.

- a) exercer e desempenhar com qualidade os cargos aos quais seus representantes foram eleitos ou nomeados;
- b) cumprir este Estatuto e Regimentos Internos, bem como quaisquer deliberações dos poderes constituídos da ACEI;
- c) comparecerem às Assembléias Gerais e reuniões as quais tenham sido convocados;
- d) manter em dia o pagamento das contribuições e serviços utilizados, de acordo com as normas regulamentadoras deliberadas pelo Conselho Diretor.



Luciano Dalmoli
CAB/PR 33.581



Capítulo IV

DA ADMISSÃO, DESLIGAMENTO E PENALIDADES

Art. 9º – A admissão de associada da categoria efetiva far-se-á por deliberação do Conselho Diretor após essa preencher requerimento próprio para tal ato e assinado pelo seu representante legal.

Art. 10º – A admissão de associada da categoria Benemérita far-se-á por deliberação dos Conselhos Diretor e Consultivo, através do voto secreto favorável na proporção de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um (1) votos dos presentes em reunião extraordinária convocada para tal fim.

Parágrafo Único – A admissão e de Associada Benemérita só poderá ser realizada no máximo uma vez ao ano para no máximo duas (2) pessoas.

Art. 11 – O desligamento de associada, efetiva e fundadora, dar-se-á quando for por livre e espontânea vontade da própria, solicitando sua baixa do quadro social através de ofício enviado ao Conselho Diretor, porém, não a desobrigará a saldar débitos que porventura, restarem pendentes junto a tesouraria da ACEI.

Art. 12 – As associadas estão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito;
- b) suspensão;
- c) exclusão do quadro de associadas.

Art. 13 – Para efeitos de advertência, será considerada falta leve, a associada que tomar atitudes contrárias ao desenvolvimento do espírito associativo da ACEI ou infringir em todo ou em partes o presente Estatuto Social e regimentos da entidade;

Parágrafo Único – A advertência será aplicada pelo Conselho Diretor, por escrito e protocolada e lavrada em Ata.

Art. 14 – Para efeito de suspensão, serão consideradas faltas:

- a) reinscindir em infração punida com advertência;
- b) agir por palavras ou atos, de forma ofensiva, à entidade ou ao quadro de associadas;
- c) não cumprirem as decisões emanadas pelos órgãos da ACEI.

Parágrafo Único – A pena de suspensão será aplicada pelo Conselho Diretor e a comunicação será escrita e protocolada e consiste no impedimento de usufruir direitos assegurados no Estatuto Social e regimentos, sem prejuízo do cumprimento dos seus deveres por até 30 dias.

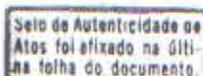
Art. 15 – A associada que sofrer sanções previstas nos Art. 13 e 14, podem requerer reconsideração, sem efeito suspensivo, ao Conselho Diretor, dentro do prazo de cinco (5) dias a contar da data da comunicação da penalidade.

Art. 16 – Para efeitos de exclusão, pena máxima, serão consideradas faltas:

- a) participar de ações, propagandas ou campanhas nocivas aos interesses, ao bom nome e às finalidades da ACEI;
- b) inadimplir com suas contribuições ou pagamento de serviços de qualquer natureza para com a entidade por mais de seis (6) meses consecutivos ou alternados;
- c) ter pena de suspensão aplicada por duas (2) vezes.

Parágrafo Primeiro – A associada excluída fica privada de seus direitos junto a ACEI e todos os demais serviços pertencentes ou administrados diretamente pela mesma e seu desligamento não desobrigará de saldar os débitos, que porventura, restarem pendentes com a ACEI.

Parágrafo Segundo – A exclusão prevista no Art. 15 será decidida por deliberação do Conselho Diretor, porém, poderá o associado recorrer, sem efeito suspensivo, à Assembléia Geral a ser realizada nos termos deste Estatuto, no prazo máximo de vinte (20) dias a contar da data da comunicação da manutenção da penalidade.



Luciano Dalmolin
CALHPR 33.582

Capítulo V DOS ÓRGÃOS DA ACEI



Art. 17- São órgãos superiores da ACEI, com funções diretivas, deliberativas, fiscalizadoras e consultivas.

- a) A Assembléia Geral;
- b) O Conselho Diretor;
- c) O Conselho Fiscal;
- d) O Conselho Consultivo.

Parágrafo único - A substituição de cargo de conselheiro que por ventura se fizer necessária, será realizada por deliberação do Conselho Diretor e o indicado ocupará o mesmo cargo do representante afastado.

Seção I Da Assembléia Geral

Art. 18 - A Assembléia Geral é o órgão maior da ACEI, soberana das suas decisões, que se reúne ordinariamente ou extraordinariamente nos casos previstos no presente Estatuto ou quando necessário for, convocada e presidida pelo Presidente do Conselho Diretor ou na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto estatutário.

Art. 19 - Compete a Assembléia Geral Ordinária:

- a) analisar e aprovar relatório de atividades e contas da entidade relativo ao exercício findo, com a análise e parecer do Conselho Fiscal;
- b) eleger e dar posse aos sócios para compor os Conselhos Diretor, Fiscal e Consultivo;
- c) analisar, em última instância, recurso interposto por associados em conformidade com o presente Estatuto;

Parágrafo Único - No que se refere a letra b), a eleição geral para compor os Diretor, Fiscal e Consultivo dar-se-á no mês de abril, bianualmente, nos anos pares.

Art. 20- A Assembléia Geral reúne-se extraordinariamente, por convocação do Presidente do Conselho Diretor, quando este Conselho deliberar, ou a pedido de um quinto (1/5) de associados quites com a tesouraria até 30 dias a data anterior do evento;

Parágrafo Primeiro - Em caso de convocação partida de associados, a mesma terá pauta exclusiva, sendo vedada a inclusão de novos itens, e haverá a necessidade da presença mínima na referida assembléia de cinquenta e um por cento (51%) dos subscritores, sob pena de sua não realização.

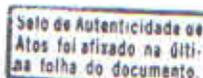
Parágrafo Segundo - No caso do Parágrafo Primeiro, o pedido deverá ser encaminhado ao Conselho Diretor. Na hipótese deste não convocar os associados, após cinco (5) dias úteis do recebimento do pedido protocolado, o Conselho Consultivo estará obrigado a fazê-lo em igual prazo.

Parágrafo Terceiro - A Assembléia Geral Extraordinária convocada pelas associadas será presidida pelo Presidente do Conselho Diretor e na ausência ou impedimento deste, por seu substituto estatutário.

Art. 21 - A Assembléia Geral Extraordinária instala-se em primeira convocação com a presença mínima de metade do número de associados mais um; em segunda convocação, meia hora depois, com o mínimo de um terço (1/3) do número de associados, quites com a tesouraria até 30 dias anteriores à sua data de realização.

Art. 22 - Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

- a) deliberar exclusivamente sobre as matérias constantes do Edital de convocação;
- b) autorizar venda, permuta, construção e aquisição de bens imóveis, ou aliená-los, no todo ou em parte, a qualquer título;
- c) analisar possíveis recursos interpostos pelos associados, contra atos do Conselho de Administração;
- d) alterar no todo ou em parte este Estatuto;
- e) destituir administradores;
- f) Deliberar sobre a extinção da ACEI;
- g) Decidir sobre a conveniência de adquirir, alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- h) Aprovar anualmente as contas e atos praticados pela Diretoria, relativos ao exercício social findo, deliberando sobre relatório da ACEI;
- i) Referendar as decisões da Diretoria da ACEI, sobre os casos omissos neste Estatuto;



Luciano Dalmolin
OAB/PR 33.583

Parágrafo Único - Para as deliberações a que se referem as letras d) e e), é exigido o voto concorde de dois terços (2/3) dos presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes.

Art. 23 - A convocação para as Assembleias Gerais far-se-á com antecedência mínima de dez dias (10), através de edital publicado em jornal uma (01) vez em órgão de imprensa local ou regional, de circulação diária, ou na forma de correspondência endereçada a associada e protocolada para posterior arquivo ou em edital fixado na Secretaria Geral da entidade.

Parágrafo Único - No caso de correspondência, a data do protocolo deverá ser igual ou anterior ao prazo mínimo dos dez (10) dias.

Seção II

Do Conselho Diretor

Art. 24 - O Conselho Diretor é o órgão de gestão da ACEI, composto de representantes de suas associadas e é composto de doze (12) membros, distribuídos nos cargos:

- PRESIDENTE

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

Vice-Presidente para Assuntos do Comércio

Vice-Presidente para Assuntos da Indústria

Vice-Presidente para Assuntos de Serviços

Vice-Presidente para Assuntos do Agropecuária

Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio

Vice-Presidente para Assuntos de Desenvolvimento Social e Econômico

Vice-Presidente de Programas, Projetos e Eventos

Vice-Presidente dos Serviços de Informações (SCPC)

Vice-Presidente de Crédito Cooperativo.

Art. 25 - Os membros do Conselho Diretor serão eleitos bienalmente na forma do presente Estatuto e a posse poderá ser após resultado do pleito ou em data posterior até 90 dias, permitida uma única reeleição para o cargo de Presidente.

Parágrafo único - É vedado ao mesmo representante da empresa associada o exercício de mais de três (03) mandatos consecutivos ou não em cada um dos demais cargos do Conselho Diretor.

Art. 26 - O Conselho Diretor reunir-se-á por convocação do Presidente ou seu substituto estatutário, sempre que necessário ou conveniente, e deliberará, validamente, quando presentes no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seus membros, cabendo ao Presidente, o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 27 - O Conselho Diretor poderá alterar a nomenclatura dos cargos enquadrados no Art. 31º e também criar novos cargos, não superior a três (03) em uma mesma gestão administrativa.

Art. 28 - Compete apenas ao Conselho Diretor a administração geral e a representação pública da entidade, cabendo ao Presidente do referido Conselho, ou seu substituto estatutário, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial.

Parágrafo Único - Na ausência ou impedimento do Presidente, a entidade será representada pela ordem dos cargos mencionados no Art. 31.

Art. 29 - As correspondências da ACEI que importem em manifestações de posição da entidade, só poderão ser expedidas com autorização prévia do Presidente do Conselho Diretor.

Art. 30 - Competirá ainda ao Conselho Diretor:

- a) representar e dirigir a associação, administrar os seus bens e promover por todos os meios, o seu engrandecimento;
- a) conduzir os trabalhos e desenvolver ações para cumprimento do orçamento;
- b) gerir os interesses econômicos e financeiros da entidade, praticando todos os atos da administração que forem necessários;
- c) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e Regimentos Internos;
- d) elaborar e aprovar Regimentos Internos que se façam necessários;
- e) aprovar o ingresso de associadas ao quadro social da ACEI;
- f) levantar no final de cada exercício financeiro o balanço geral e encaminhar ao Conselho Fiscal;
- g) elaborar relatórios anuais de suas atividades;
- h) estipular as condições de utilização da sede social e suas dependências, bem como dos serviços administrados diretamente pela entidade ou por parcerias;

Selo de Autenticidade de
Atos foi afixado na úti-
ma folha do documento.

Luciano Dalmolin
CABPP 33.551



- b) criar, ampliar, extinguir ou modificar departamentos, diretorias, grupos de estudos temáticos, programas, comissões temporárias, assessorias, representações e outras formas que se façam necessárias para o bom andamento das atividades da entidade;
- c) organizar o quadro de funcional, contratar e dispensar funcionários;
- i) convocar Assembléias Gerais em conformidade com o presente Estatuto.
- j) fixar para períodos não superiores a um ano, o valor da mensalidade social, podendo a seu critério, criar diferentes faixas de contribuições, de forma a atender às diversas capacidades contributivas;
- k) fixar valores, se necessário, dos serviços prestados pela ACEI a seu quadro de associadas ou a terceiros;
- l) nomear, no caso de vacância de qualquer cargo dos Conselhos Diretor, Fiscal e Consultivo, entre os membros remanescentes e os representantes das empresas associadas, o substituto ou os substitutos necessários;
- m) formular o planejamento da entidade para o exercício financeiro do ano seguinte.

Art. 31 – Compete ao Presidente do Conselho Diretor:

- a) convocar e presidir reuniões de diretoria e dos Conselhos Fiscal e Consultivo;
- b) instalar e presidir as Assembléias Gerais em conformidade com o presente Estatuto;
- c) nomear membros para atenderem serviços de secretaria e outras funções que se façam necessárias para os trabalhos das Assembléias Gerais, reuniões ordinárias, extraordinárias e outras;
- d) decidir todos os assuntos que demandarem pronta solução dando conhecimento ao Conselho Diretor, em sua primeira reunião;
- e) representar a ACEI em juízo ou fora dele, podendo constituir procuradores, quando necessário, e outorgar-lhe poderes;
- f) superintender todos os serviços e atividades desenvolvida pela entidade;
- g) assinar as correspondências da ACEI que importem em manifestações de posição da entidade após autorização prévia dos demais membros do Conselho Diretor;
- h) assinar outros expedientes da ACEI;
- i) assinar com o Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio, todos os contratos e documentos que representem em obrigações para a ACEI, inclusive aceitar, emitir e endossar cheques e títulos cambiais;

Art. 32 – Compete ao 1º Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos, contribuir efetivamente nas demais atribuições constantes no Art. 37. e ao 2º Vice-Presidente secretariar o Presidente, e substituir o 1º Vice-Presidente na sua ausência.

Art. 33 – Compete ao Vice-Presidente para Assuntos do Comércio:

- a) representar junto ao Conselho Diretor o setor comercial;
- b) presidir comissões instaladas para assuntos específicos do comércio, podendo ou não, a critério do Conselho, responder pelo SCPC e outros serviços prestados de informações ao crédito;
- c) propor ao Conselho Diretor ações que visem o desenvolvimento das atividades do comércio;
- d) substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos, na ordem dos cargos conforme Art. 31
- e) Contribuir efetivamente nas demais atribuições constantes no Art. 37.

Art. 34 – Compete ao Vice-Presidente para Assuntos da Indústria:

- a) representar junto ao Conselho Diretor o setor industrial;
- b) presidir comissões instaladas para assuntos específicos do setor industrial;
- c) propor ao Conselho Diretor ações que visem o desenvolvimento das atividades da indústria;
- d) substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos, na ordem dos cargos conforme Art. 31.
- e) contribuir efetivamente nas demais atribuições constantes no Art. 37.

Art. 35 – Compete ao Vice-Presidente para Assuntos dos Serviços:

- a) representar junto ao Conselho Diretor o setor da prestação de serviços e do setor de finanças;
- b) presidir comissões instaladas para assuntos específicos dessas áreas;
- c) propor ao Conselho Diretor ações que visem o desenvolvimento das atividades dos setores o qual representa;
- d) substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos, na ordem dos cargos conforme Art. 31.
- e) contribuir efetivamente nas demais atribuições constantes no Art. 37.

Art. 36 – Compete ao Vice-Presidente para Assuntos da Agropecuária:

- a) representar junto ao Conselho Diretor o setor da pecuária e da agricultura;
- b) presidir comissões instaladas para assuntos específicos dessas áreas;

- c) propor ao Conselho Diretor ações que visem o desenvolvimento das atividades dos setores o qual representa;
- d) substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos, na ordem dos cargos conforme Art. 31.
- e) contribuir efetivamente nas demais atribuições constantes no Art. 37.



Art. 37 – Compete ao Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio;

- a) superintender os serviços da tesouraria da ACEI;
- b) ter sob sua responsabilidade e guarda, todos os valores pertencentes a ACEI bem como os registros correspondentes, devendo registrar em conta especial o resultado de aplicações financeiras;
- c) com o Presidente ou o 1º Vice-Presidente, na falta ou impedimento desses, demais membros do Conselho Diretor na ordem dos cargos, emitir, endossar, assinar cheques ou título correspondente e movimentar as contas da ACEI;
- d) mensalmente, realizar relatório da movimentação financeira da entidade para apreciação do Conselho Diretor;
- e) manter contínuo controle das finanças da entidade;
- f) realizar relatório da prestação de contas do exercício financeiro para envio ao Conselho Fiscal para devida conferência e aprovação;
- g) compor a mesa e dirigir os trabalhos do relatório de prestação de contas na Assembléia Geral convocada para tal fim.

Parágrafo Único – Compete ao Vice-Presidente para assuntos de Desenvolvimento Social e Econômico, ao Vice-Presidente de Programas Projetos e Eventos, ao Vice-Presidente de Informações (SCPC) e ao Vice-Presidente de Crédito Cooperativo, representar junto ao Conselho Diretor, o setor específico de sua área a que foi designado.

Seção III

Do Conselho Fiscal

Art. 38 – O Conselho Fiscal, órgão de caráter consultivo e fiscalizador em relação as prestação de contas da ACEI, será constituído por três conselheiros eleitos efetivos e seus suplentes, na forma do presente estatuto.

Art. 39 – Compete ao Conselho Fiscal:

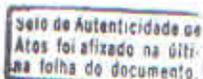
- a) fiscalizar os atos praticados pelo Conselho Diretor na condução dos assuntos patrimonial e de finanças da entidade;
- b) responder as consultas formuladas pelo Conselho Diretor;
- c) opinar ao Conselho Diretor sobre quaisquer matérias de interesse da ACEI;
- d) analisar e emitir parecer sobre o relatório da prestação de contas da entidade relativas ao exercício findo encaminhando-o posteriormente a Assembléia Geral;
- e) colaborar com o Conselho Diretor para a boa consecução dos fins sociais da entidade;
- f) indicar, se entender necessário, consultoria ou auditoria externa para análise da prestação de contas, devendo ser referendada pelo Conselho Diretor.

Art. 40 – Os membros do Conselho Fiscal reunir-se-ão semestralmente de acordo com calendário definido anualmente.

Art. 41 – Se necessária a realização de reunião extraordinária a convocação será feita pelo Presidente do Conselho Diretor para deliberar sobre a pauta.

Art. 42 – As decisões sempre serão tomadas por maioria dos presentes e na substituição de algum ou dos membros, esta será realizada em conformidade com dispositivos de substituições previstas no Estatuto.

Art. 43 – Na condição de renúncia coletiva dos membros do Conselho Diretor, o Conselho Fiscal assumirá a ACEI e conduzirá o processo de instalação de Assembléia Geral Ordinária para novas eleições gerais.



Luciano Dalmotin
CAMP. 35.549



Seção IV Do Conselho Consultivo

Art. 44 – O Conselho Consultivo é órgão que assessorar o Conselho Diretor, compondo-se de onze (11) membros devendo cada um deles, preferencialmente, representar um ramo distinto de atividade econômica e gozarem de reputação ilibada e reconhecida projeção nos meios empresariais.

Art. 45 – Os Conselheiros serão eleitos bienalmente, na forma do Art. 57, empossados em conformidade com o presente Estatuto, sendo permitida a reeleição, de até três mandatos consecutivos.

Art. 46 – O Conselho Consultivo reunir-se-á semestralmente, em reunião conjunta com o Conselho Diretor da ACEI, de acordo com o calendário definido pelo conselho Diretor.

Art. 47 – Compete ao Conselho Consultivo:

- a) assessorar o Conselho Diretor, emitir parecer e oferecendo sugestões de forma a auxiliá-los no melhor cumprimento dos objetivos sociais;
- b) inteirar-se do andamento geral das atividades da ACEI, deliberando sobre assuntos oferecidos à discussão;
- c) votar, juntamente com o Conselho Diretor na escolha de sócios Beneméritos;
- d) na hipótese do Presidente do Conselho Diretor ou seus substitutos estatutários não convocarem Assembléia Geral por pedido dos associados conforme prevê os direitos assegurados no presente Estatuto, o Conselho Consultivo deverá convocar os associados, após cinco (5) dias úteis do recebimento do pedido protocolado, e estará obrigado a fazê-lo em igual prazo.

Capítulo VI DA PERDA DOS MANDATOS

Art. 48 – O exercício das funções de membros dos Conselhos Diretor, Fiscal e Consultivo cessará:

- a) pela perda da condição de representante da associada;
- b) pela perda da condição de associada a empresa a qual é representante;
- c) pela afronta às normas estabelecidos no presente Estatuto;
- d) pela renúncia individual ou coletiva;
- e) pela eleição a cargo eletivo de cunho político partidário.

Capítulo VII DAS ELEIÇÕES

Art. 49 – o Presidente do Conselho Diretor convocará eleições a cada biênio, nos anos pares, no mês de abril, para eleição dos membros dos Conselhos: Diretor, Fiscal e Consultivo.

Art. 50 – As eleições seguirão as normas:

- a) serão admitidas a concorrer no pleito somente as chapas devidamente assinadas, por, no mínimo, cinco associados que houverem sido submetidas a registro, em Livro Ata, para tal finalidade, até cinco (5) dias úteis antes a realização da Assembléia;
- b) poderão votar e ser votados os associados que estiverem quites com a tesouraria, ou na forma de pagamento ou pactuação dos débitos, até trinta (30) dias antes ao evento;

Selo de Autenticidade em
Atos foi afixado na últi
na folha do documento

Luciano Dalmolin
CAMP 30.000



- b) as chapas nominarão os candidatos e seus respectivos cargos, sendo vetada a participação do mesmo em mais de uma chapa ou mais de um cargo em uma mesma chapa;
- c) as chapas deverão ser inscritas na Secretaria Geral da ACEI, em horário comercial, até o prazo máximo previsto na letra a) deste artigo;
- d) o Presidente do Conselho Diretor instalará a Assembléia e conduzirá os trabalhos, nomeando entre os presentes ou por convite antecipado, a mesa eleitoral composta por um presidente e dois mesários;
- e) a Assembléia será lavrada em Livro Ata da ACEI;
- f) cada associada terá direito a um voto, sendo que este não poderá ser realizado na forma de correspondência, procuração ou outros meios que não seja o voto direto do representante legal da associada nos termos do presente estatuto;
- g) a cédula deverá conter a composição das chapas que estão concorrendo ao pleito.
- h) a votação será secreta e as chapas poderão indicar e nomear um fiscal para acompanhar todos os trabalhos da assembléia;
- i) encerrada a votação, a mesa eleitoral passará a funcionar como mesa escrutinadora, apurando os votos, sendo lavrada em Ata e nela declarando eleita a chapa que obtiver o maior número de votos e, em caso de empate, a chapa que por primeiro houver sido inscrita no livro de Registro Ata na Secretaria Geral;
- j) a Ata será assinada por todos os que compareceram a Assembléia e caberá ao Presidente do Conselho Diretor declarar o encerramento das atividades da ordem do dia;
- k) a posse dos eleitos poderá ser realizada após o encerramento dos trabalhos ou no prazo máximo de até 90 dias após o resultado da Assembléia;
- l) no caso de outra data para a posse oficial, até a posse, o Conselho Diretor em exercício permanecerá respondendo pela ACEI.
- m) o quorum da Assembléia Geral convocada para tal fim será em consonância com o presente Estatuto.

Capítulo VIII DO PATRIMÔNIO E DA MANUTENÇÃO

Art. 51 – O Patrimônio Social da ACEI é constituído pelos bens móveis, imóveis, ativos e passivos que o integram atualmente e por todos aqueles que venham a qualquer título integrá-lo.

Art. 52 – Os Bens Imóveis são impenhoráveis, inalienáveis e invioláveis, salvo deliberação expressa em Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 53 – A compra e venda de bens móveis é de competência do Conselho Diretor.

Art. 54 – Constituem receitas da ACEI as taxas de filiação se assim definidas pelo Conselho Diretor, as mensalidades fixadas nos termos do presente estatuto, taxas extras cobradas por serviços, doações, subvenções, patrocínios, repasses através de convênios, repasses por oriundos de contratos de parcerias, juros de aplicações financeiras, sobras de promoções e todas as demais permitidas na legislação vigente.

Capítulo IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 55 – A ACEI somente será dissolvida por deliberação de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada com a presença de três-quartas-partes (3/4) das associadas em condições de votar, as quais decidirão sobre o destino do patrimônio social.

Seto de Autenticidade de Atos foliado na última folha do documento.

Luciano Dalmolin
CABPR 33.503

Art - 56 - No caso de extinção ou dissolução da ACEI, o acervo que de direito lhe pertence bem como o patrimônio líquido será destinado à outra entidade sem fins lucrativos e econômicos, com objetivo social qualificada nos termos da Lei 9.970/99 e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.



Art. 57 - Os cargos eletivos serão exercidos a título gratuito.

Art. 59 - O exercício social encerra-se em trinta e um (31) de dezembro de cada ano.

Art. 60 - Após aprovação do presente Estatuto, o Conselho Diretor efetuará seus devidos registros no Cartório de Títulos e Documentos e pessoas jurídicas da Comarca de Pato Branco.

Art. 61 - Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pelo Conselho Diretor.

Capítulo X DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 62 - O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação e a nova constituição de Conselhos e Cargos bem como competências previstos nestes, surtirão efeito após Assembleia Geral para Eleições Gerais a ser convocada e realizada no mês de abril de 2006.

Itapejara D' Oeste PR 23 de Novembro 2004.

Gene Cristtina Sant'ana Cortese
Presidente Conselho Diretor

Secretário

Luciano Dalmolin
OAB/PR 35.588

CARTÓRIO VIEIRA

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
DOCUMENTO PROTOCOLADO, REGISTRADO E ARQUIVADO
JOB MICROFILME Nº

PATO BRANCO 10 ABR. 2006 39030

Abegail Vieira Samara Oficial
Jaqueline Samara Substitua
Iranete C. Correia Receveite
Tel: (46) 3225-2455

Pato Branco



REGISTRO

Comarca de Pato Branco

Assessoria de Títulos e Documentos

Registro nº

1478/05

Data

13 SET 2005

DISTRIBUIDOR

Paula Vioner

BEL31431

DISTRIBUIDOR